

# Covid-19: Políticas Públicas e as Respostas da Sociedade



Foto: Brian Merrill/Pixabay

**Informação de qualidade para aperfeiçoar as políticas públicas e salvar vidas**

## Rede de Pesquisa Solidária

### Apresentação

A rede de pesquisa solidária é uma iniciativa de pesquisadores para calibrar o foco e aperfeiçoar a qualidade das políticas públicas do governo federal, dos governos estaduais e municipais que procuram atuar em meio à crise da COVID-19 para salvar vidas. Nosso alvo é melhorar o debate e o trabalho de gestores públicos, autoridades, congressistas, colegas da imprensa, comunidade acadêmica, empresários e de todo e qualquer interessado em debater as diretrizes e ações concretas que têm impacto na vida da população.

Colocamos todas as nossas energias e capacidade de análise no levantamento criterioso de dados, na geração de informação de qualidade, na criação de indicadores, na elaboração de modelagens matemáticas e estatísticas para acompanhar, indicar gargalos e identificar caminhos para as políticas públicas e examinar as respostas que a população oferece.

O rigor no tratamento e a precisão dos dados é essencial para o nosso trabalho, guiados que somos pela transparência e a ética da pesquisa. É o que nos levou a tomar distância das soluções mágicas e das opiniões infundadas. Nosso compromisso, por isso mesmo, é com a objetividade e a comprovação que o métodos científico nos oferece.

Nossa rede é multidisciplinar, multi-institucional e está em contato com centros de excelência no exterior, como as Universidades de Oxford e Chicago.

Trabalhamos na intersecção das Humanidades com as áreas de Exatas e Biológicas. É a fusão virtuosa de saberes e técnicas para enfrentar uma pandemia que gerou uma crise de proporções oceânicas na Saúde, mas também na Política, na Economia e tem potencial para se expandir para uma crise Social sem precedentes.

O desafio é enorme, mas é especialmente entusiasmante. E jamais teria realidade se não fosse a contribuição generosa de doadores privados, que responderam rapidamente aos nossos apelos. Às instituições que nos apoiam nosso muito obrigado.

## As faces da Pesquisa

**Coordenação Científica:** Lorena Barberia (Usp).

**Comitê de coordenação:** Glauco Arbix (Usp), João Paulo Veiga (Usp), Graziela Castello (Cebap), Fabio Senne (Nic.br) e José Eduardo Krieger (INCT-Incor), Rogério Barbosa (Centro de Estudos da Metrópole), Ian Prates (Cebap, Usp).

**Divulgação:** os resultados da Pesquisa serão oferecidos ao público via um Boletim Semanal.

**Editores:** Glauco Arbix, João Paulo Veiga e Lorena Barberia

## Apresentação dos Projetos

### Projeto 1

**Monitoramento de Políticas Públicas.** Acompanhar as políticas públicas a partir de indicadores de monitoramento criados em conjunto com a Universidade de Oxford e avaliar a resposta da população a estas medidas. Três áreas são abarcadas:

- (i) Distanciamento social (escola, trabalho, centros comerciais e fechamento de eventos públicos)
- (ii) Intervenções de saúde pública (prevenção e tratamento)
- (iii) Políticas fiscais

**Abrangência:** nacional, estadual e capitais

**Objetivo:** captar e analisar políticas públicas e o comportamento da população por unidade da federação, a partir de documentos oficiais e pesquisas de opinião.

**Responsável:** Lorena Barberia (Usp)

### Projeto 2

**Monitoramento de Opinião Pública e de Lideranças Comunitárias.** A partir de lideranças comunitárias, de associações de bairro nas grandes metrópoles serão coletados por telefone informações essenciais de sua condição de vida em meio à crise. O levantamento de demandas permite identificar a absorção de diretrizes públicas, a visualização de soluções e a possibilidade de mediação de eventuais conflitos. A coleta identificará (i) a percepção de risco (de saúde e de perda de emprego e renda); (ii) absorção de regras e ações de contenção da crise; (iii) o desenvolvimento de sistemas de cooperação; e (iv) atividade e peso da liderança local.

**Responsável:** Graziela Castello (Cebap)

## Projeto 3

**Mercado de trabalho e renda:** Os efeitos econômicos da pandemia não atingirão igualmente todos os setores e ocupações. Ao impactar os empregos, a pandemia também incidirá diretamente sobre a renda dos domicílios e famílias, provavelmente elevando a pobreza, reduzindo o bem-estar e aumentando a desigualdade. Este Projeto vai revelar: (i) em quais elos e segmentos das cadeias produtivas encontram-se os trabalhadores mais vulneráveis; (ii) as ocupações e profissões que podem ser particularmente mais afetadas; (iii) de que modo os tipos de vínculo de trabalho (formais, informais, contas-próprias, empregadores) intensificam os efeitos da crise; (iv) as características socioeconômicas e sociodemográficas dos indivíduos em posições vulneráveis; (v) os impactos esperados sobre a distribuição da renda domiciliar; ((vi) a distribuição regional desses empregos vulneráveis e de que forma coincidem com as áreas mais atingidas pelo espriamento do Covid-19.

**Responsáveis: Rogério Barbosa (Usp) e Ian Prates (Usp)**

## Projeto 4

**Proteção social e políticas emergenciais para mitigar a crise do mercado de trabalho:** A rede de proteção social, a capilaridade do Sistema Único de Saúde e Assistência Social e o Cadastro Único permitiram relativa celeridade na implantação de algumas políticas emergenciais visando a população de baixa renda – como o Programa de Renda Básica Emergencial. Mas em meio à situação de urgência, diversos programas e políticas pré-existentes têm sido também alterados ou expandidos.

**Objetivo:** investigar sistematicamente: (i) os programas sociais emergenciais elaborados no âmbito federal para aliviar os efeitos da crise sobre o mercado de trabalho; (ii) as alterações efetuadas por instrumento legal nos programas federais da rede de proteção social pré-existente; (iii) o fluxo da cobertura e concessão de benefícios dos programas sociais, atentando para a distribuição regional e sua sobreposição com as áreas mais afetadas pelo Covid-19.

**Responsáveis: Rogério Barbosa (Usp) e Ian Prates (Usp)**

## Quem são os Pesquisadores?

### **Coordenadora Científica: Lorena G. Barberia**

Professora Livre Docente do Depto de Ciência Política da USP. Coordenadora do Núcleo de Estudos Comparados e Internacionais (NECI) da USP e do Centro de Estudos em Política e Economia do Setor Público (CEPESP) da FGV-São Paulo. Chair do Local Committee da IPSA-USP Summer School in Concepts, Methods and Techniques in Political Science, Public Policy and International Relations. Foi pesquisadora associada no David Rockefeller Center for Latin American Studies do Harvard Institute for International Development.

### **Coordenação Geral da Pesquisa**

Glauco Arbix, Lorena Barberia, Graziela Castello, João Paulo Veiga, Rogério Barbosa, Ian Prates, Fábio Senne e José Eduardo Krieger

## Projeto 1

**Coordenação:** Lorena G. Barberia

### Equipe

- **Natalia de Paula Moreira:** Doutoranda do Depto de Ciência Política da USP.
- **Maria Leticia Claro de F. Oliveira:** Mestranda do Depto de Ciência Política da USP) e pesquisadora do Centro de Política e Economia do Setor Público da FGV e do Núcleo de Estudos Comparados Internacionais (Neci/USP).
- **Luiz Guilherme Roth Cantarelli:** Mestrando do Depto de Ciência Política da USP e pesquisador do Núcleo de Estudos Comparados Internacionais (Neci/USP).
- **Fabiana da Silva Pereira:** Mestranda do Depto de Ciência Política da USP e pesquisadora do Núcleo de Estudos Comparados Internacionais (Neci/USP).
- **Isabel Seelaender:** Bacharel em Ciências Sociais pela USP é pesquisadora do Núcleo de Estudos Comparados Internacionais (Neci/USP) e do Centro de Política e Economia do Setor Público da Fundação Getúlio Vargas (CEPESP/FGV).
- **Marcela Zamudio:** Aluna de graduação em Ciências Sociais da USP) e pesquisadora do Núcleo de Estudos Comparados Internacionais (Neci/USP) e do Centro de Política e Economia do Setor Público da Fundação Getúlio Vargas (CEPESP/FGV).
- **Pedro Schmalz:** Aluno da graduação em Ciências Sociais da USP e pesquisador do Núcleo de Estudos Comparados Internacionais (Neci/USP) e do Centro de Política e Economia do Setor Público da Fundação Getúlio Vargas (CEPESP/FGV).

## Projeto 2

**Coordenação:** Graziella Castelo

Diretora do Cebrap, mestre em Ciência Política pela USP. Coordenadora do Núcleo de Desenvolvimento do Cebrap. Foi pesquisadora visitante do Institute of Development Studies (IDS, Reino Unido).

### Equipe

- **Priscila Vieira:** Doutora em Sociologia pela Usp, pesquisadora do Cebrap e professora de Etnografia no Cebrap.Lab.
- **Dorival Mata-Machado:** Economista, estatístico e demógrafo e pesquisador do Cebrap.
- **Rodrigo Brandão:** Doutorando de Sociologia na Usp
- **Jonatas Mendonça dos Santos:** Doutorando em Sociologia na Usp.
- **Laura Simões:** Pesquisadora de Iniciação Científica do Depto de Sociologia da Usp.
- **Withson Sampaio:** Pesquisador de Iniciação Científica do Depto de Sociologia da Usp.

## Projetos 3 e 4

**Coordenação**

- **Rogério Jerônimo Barbosa:** Doutor em Sociologia pela Usp, pós-doutor em Ciência Política no Cebrap e no Centro de Estudos da Metrópole (CEM-Fapesp). Foi pesquisador do IPEA e do Institute for Social Research and Policy da Columbia University (EUA).
- **Ian Prates:** Doutor em Sociologia pela USP e Research Fellow na Social Accountability International. Atualmente pesquisa as relações entre China e América Latina em Shenzhen (China).

## Equipe

- **Hellen Guichenev**: Doutora em Ciência Política pela USP. É pesquisadora do Centro de Estudos da Metrópole e do Cebrap.
- **Carolina Requena**: Doutora em Ciência Política pela USP é pesquisadora do Centro de Estudos da Metrópole.
- **Paulo Flores**: Doutorando em Ciência Política pela USP.
- **Heloísa Fimiani**: Mestre em Ciência Política pela USP e pesquisadora do Cebrap.
- **Vitor Matheus Oliveira de Menezes**: Doutorando em Sociologia pela USP e pesquisador do Cebrap.

## Consultores

- **Marta Arretche**: Professora Titular do Depto de Ciência Política da USP e diretora do Centro de Estudos da Metrópole (CEM). Foi Visiting Fellow no Instituto Universitário Europeu (Florença).
- **Alvaro Comin**: Professor Doutor do Depto de Sociologia USP. Foi presidente do Cebrap e professor do King's College London (Londres).
- **Renata Bichir**: Doutora em Ciência Política pelo Iesp/UERJ e professora de Gestão de Políticas Públicas da EACH/USP
- **Márcia Lima**: Professora doutora do Depto de Sociologia da USP. Pesquisadora do Cebrap e coordenadora do AFRO-Núcleo de Pesquisa e Formação em Raça, Gênero e Justiça Racial. Foi Visiting Fellow no Hutchins Center for African and African American Studies da Universidade de Harvard, com pós-doutorado na Universidade de Columbia (EUA)
- **Fábio Senne**: Coordenador de Pesquisas do Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic.br), do Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (NIC.br). Doutorando em Ciência Política na USP (USP).
- **João Paulo Veiga**: Chefe do Depto de Ciência Política da USP e pesquisador do Centro de Estudos das Negociações Internacionais (CAENI).
- **José Eduardo Krieger**: Professor titular da Faculdade de Medicina da USP. Coordenador do INCT-Incor e membro da Academia Brasileira de Ciências. Foi pró-reitor de pesquisa da USP.
- **Glauco Arbix**: Professor Titular do Depto de Sociologia da USP e coordenador do Observatório de inovação do Instituto de Estudos Avançados. Foi presidente do IPEA e da Finep.
- **Diogo Ferrari**: Professor de Computational Social Science na Universidade de Chicago.
- **Flávio Cireno Fernandes**: Doutor em Ciência Política pela UFMG. Professor de pós-graduação da Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) e da Fundação Joaquim Nabuco.



## Nota Técnica No. 1

# As Políticas para Enfrentamento do COVID-19 nos Estados Brasileiros com Distanciamento Social

O primeiro Boletim da Rede de Pesquisa Solidária traz um mapa das respostas dos governos estaduais brasileiros em termos de prevenção e enfrentamento da pandemia do COVID-19. Com base em um estudo realizado por pesquisadores da Blavatnik School of Government da Universidade de Oxford<sup>1</sup> foram reunidos indicadores de categorias distintas para avaliar e mensurar a rigidez dessas respostas. Os indicadores inicialmente selecionados dividem-se em três blocos: o distanciamento social, saúde pública e política fiscal. Os resultados reportados neste boletim dizem respeito aos indicadores do primeiro bloco, condensados no Índice de Rigidez do Distanciamento Social (RDS) de cada estado brasileiro.<sup>2</sup>

### O Índice de Rigidez do Distanciamento Social (RDS)

O Índice de Rigidez do Distanciamento Social abriga quatro componentes: i) suspensão das aulas presenciais em escolas e universidades; ii) suspensão das atividades não-essenciais de comércio e serviços; iii) suspensão da atividade industrial não-essencial; e iv) proibição de aglomerações e grandes eventos. Para a elaboração dos subindicadores escolhidos, realiza-se a coleta sistemática de peças normativas que digam respeito ao enfrentamento da pandemia.

Os estados são então classificados, dia a dia, de acordo com o grau de rigor das medidas adotadas com o propósito de promover o distanciamento social. O RDS incorpora, além disso, a abrangência das medidas em vigor - isto é, se valem para todo o território estadual, o escore fica mais alto, o que não ocorre caso restrinjam-se a municípios ou regiões específicas do estado.

Mais especificamente, uma vez identificadas, as políticas recebem escore 1 (um) se contêm sugestões de suspensão das atividades e 2 (dois) quando a suspensão passa a ser mandatória. Caso não haja nenhuma medida em exercício para o tema observado, a política recebe escore 0 (zero). A caracterização da dimensão geográfica destas medidas, por outro lado, é baseada na atribuição de escore igual a 1 (um) para os casos em que as determinações se dirigem a todo território e 0 (zero) quando existem especificações geográficas para sua aplicação.

Essa soma é redimensionada para representar uma escala de 0 a 100, sendo 100 o máximo de rigidez de isolamento possível. As medidas incluídas para esta nota técnica são todas aquelas que foram publicadas desde começo de janeiro deste ano até o fim de março. Entretanto, o banco de dados será atualizado semanalmente de maneira a refletir em tempo real a evolução das políticas públicas.

<sup>1</sup> Petherick, Anna, Thomas Hale, Toby Phillips and Samuel Webster. 2020. "Oxford COVID-19 Government Response Tracker, Versão 3.0." <http://www.bsg.ox.ac.uk/covidtracker>.

<sup>2</sup> Covid-19: Políticas Públicas e Respostas da Sociedade. Barberia, L.; Cantarelli, L.; Claro, M.; Pereira, F.; Rosa, I.; Zamudio, M. (2020). Metodologia permite avaliar a progressão das políticas para enfrentamento do COVID-19 nos estados brasileiros com distanciamento social. Nota Técnica n. 1. Universidade de São Paulo (USP): São Paulo.



# COMO FUNCIONA O RDS?

O Índice de Rigidez do Distanciamento Social agrega quatro áreas:

**S1 FECHAMENTO DE ESCOLAS**  
O índice busca medidas que englobam escolas públicas e privadas, além de universidades.

**S2.A FECHAMENTO DE COMÉRCIO E SERVIÇOS**  
Neste caso, olhamos para restrições às atividades comerciais e serviços oferecidos em locais como lojas, restaurantes, centros comerciais, cabeleireiros, academias, etc. ...

**S2.B FECHAMENTO DA INDÚSTRIA**  
Medidas de fechamento da indústria oferecem em setores essenciais de outros setores que possuem as atividades reduzidas ou até mesmo paradas.

**S3 FECHAMENTO DE ESPAÇOS PÚBLICOS**  
A pandemia do COVID-19 fez com que muitos governos adotassem medidas suspendendo eventos e fechando espaços que possibilitam aglomerações como estádios, shows, shoppings, entre outros.

**MEDIDAS**

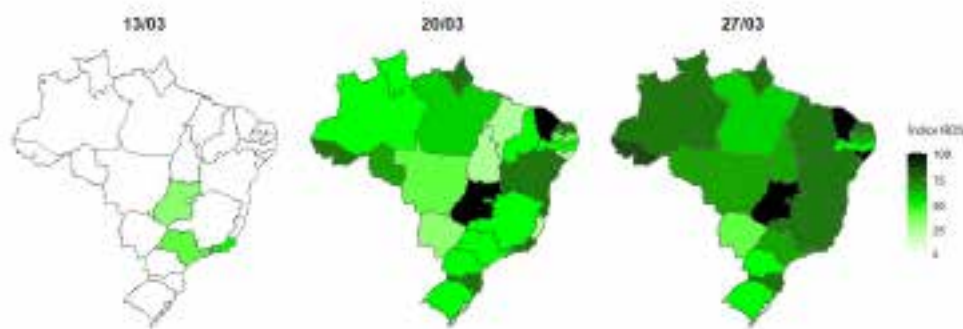
- O governo não tomou medidas de encerramento nessa área. + 0
- O governo recomendou o encerramento desta atividade. + 1
- O governo ordenou o encerramento desta atividade. + 2
- As medidas atingem apenas parte do estado. + 0
- As medidas atingem todo o estado. + 1

## Epicentro: a evolução do RDS em São Paulo

São Paulo teve seu primeiro caso confirmado no dia 25 de fevereiro (Ministério de Saúde, 2020). No dia 13 de março, ainda com 64 casos e sem mortes confirmadas, o governo do estado decretou a proibição de eventos públicos com mais de 500 pessoas e recomendou o fechamento de escolas e universidades (Decreto Nº 64.862). No dia 16 de março, quando o estado ainda contava com apenas 152 casos e nenhum óbito, o governo do estado decretou o fechamento de escolas e universidades, proibiu eventos sujeitos a aglomerações de qualquer tipo (sem limite permitido de pessoas) (Decreto Nº 64.864). A título de comparação, o fechamento de escolas e universidades na Itália se deu no dia 4 de março, quando o país já tinha 3.089 casos confirmados da doença, no dia 04 de março. Tornando a São Paulo, o dia 24 de março, já com 840 casos e 40 mortes, foi decretado o fechamento do comércio (Decreto Nº 64.881), medida tomada pela Itália no dia 11 de março com 12.462 casos. As indústrias, que não foram alvo de fechamento em São Paulo, fecharam na Itália apenas no dia 22 de março, já com 59.138 casos. A partir do acompanhamento das medidas adotadas no estado de São Paulo percebe-se que houve um gradual aumento de isolamento social acompanhando o avanço da epidemia no estado. O estado de São Paulo, porém, não atingiu o grau máximo relativo do RDS, já que até agora não decretou o fechamento de indústrias, instruindo a respeito de padrões sanitários e recomendando a realização de turnos entre os trabalhadores.

## Outros estados da Federação

**Figura 1.** O Índice de Rigidez do Distanciamento Social (RDS) em três tempos em todos os estados brasileiros



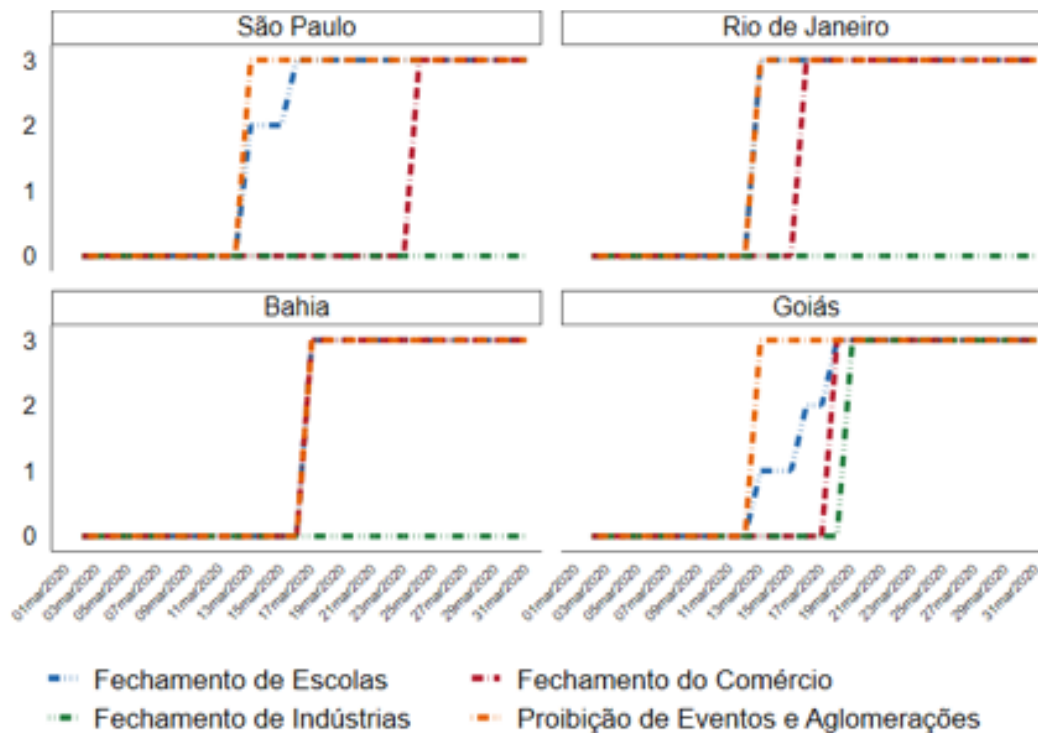
Fonte: CGRT-BRFED

Os estados reagiram com grande variedade em intensidade e rapidez a chegada da COVID-19 ao país. São Paulo, conforme visto, foi o primeiro estado a tomar medidas de promoção do distanciamento social, no dia 13 de março; na mesma semana, a maioria dos estados brasileiros seguiu as medidas implantadas em São Paulo; e na semana seguinte, no dia 20 de março, todos os estados já haviam im-

plementado alguma medida de restrição de atividades com vistas a aumentar o isolamento.

Alguns estados, como a Bahia, reagiram adotando uma abrangência de medidas em um só decreto. Outros foram além das medidas adotadas pela média dos estados e decretaram também o fechamento de indústrias, como é o caso de Alagoas, Ceará e Goiás – ainda que praticamente todos os estados tenham adotado, para o setor industrial, medidas sanitárias e recomendações de alternância de turnos. Importante ressaltar que os estados que atingem um RDS superior ao de São Paulo foram aqueles que decretaram também o fechamento de indústrias não essenciais.

**Figura 2.** O Fechamento de Escolas, Comércio, Indústrias, e Aglomerações nos Estados



Por já estarem em vigor nos estados por algumas semanas, é esperado que as medidas de distanciamento social comecem a apresentar resultados não apenas na redução efetiva da mobilidade medida, por exemplo, por meio de tecnologias de localização, como tem feito o governo do estado de São Paulo, mas também no número de casos e de mortes em decorrência do vírus.

As próximas etapas previstas deste projeto distribuem-se em três tarefas: manter atualizada a base de dados de monitoramento das políticas sendo implementadas para aumentar o distanciamento social; calcular os outros indicadores selecionados que captam as políticas públicas voltadas a responder a pandemia; e investigar e avaliar o impacto das medidas implantadas, em termos de mobilidade, contágio e óbitos.

## Agradecimentos

Lorena Barberia agradece a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo pelo apoio (2018/20853-1 e 2013/15658-1). Maria Leticia Claro agradece ao Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq) pelo suporte (nº 132580/2019-5). Luiz Guilherme Cantarelli agradece à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal (CAPES) pelo suporte (nº 88887.355183/2019-00). Todos os erros são de nossa responsabilidade.

## Políticas Públicas e Sociedade

Contato: Glauco Arbix (garbix@usp.br)



## O QUE É

Somos mais de 40 pesquisadores mobilizados para aperfeiçoar a qualidade das políticas públicas do governo federal, dos governos estaduais e municipais que procuram atuar em meio à crise da Covid-19 para salvar vidas. Colocamos nossas energias no levantamento rigoroso de dados, na geração de informação criteriosa, na criação de indicadores, na elaboração de modelos e análises para acompanhar e identificar caminhos para as políticas públicas e examinar as respostas que a população oferece.

A Rede de Pesquisa Solidária conta com pesquisadores das Humanidades, das Exatas e Biológicas, no Brasil e em outros países. Para nós, a fusão de competências e técnicas é essencial para se enfrentar a atual pandemia. O desafio é enorme, mas é especialmente entusiasmante.

E jamais seria realidade se não fosse a contribuição generosa de instituições e doadores privados que responderam rapidamente aos nossos apelos. A todos os que nos apoiam, nosso muito obrigado.

## QUEM FAZ

### Comitê de Coordenação

Glauco Arbix (USP), João Paulo Veiga (USP), Graziela Castello (Cebap), Fabio Senne (Nic.br), José Eduardo Krieger (InCor-Faculdade de Medicina USP), Rogério Barbosa (Centro de Estudos da Metrópole) e Ian Prates (Cebap, USP e Social Accountability International)

**Coordenação Científica** Lorena Barberia (USP)

**Editores** Glauco Arbix, João Paulo Veiga e Lorena Barberia

### Doações e contato

rededepoliticaspUBLICAS@gmail.com

### Equipe responsável pela Nota Técnica No.1

**Coordenação** Lorena Barberia

**Pesquisadores** Natalia de Paula Moreira, Maria Letícia Claro de F. Oliveira, Luiz Guilherme Roth Cantarelli, Fabiana da Silva Pereira, Isabel Seelaender, Marcela Mello Zamudio, Pedro Schmalz

## Instituições de apoio

